

Presidente do Supremo agradece o afastamento de magistrados prevaricadores

Ana Henriques

O presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Henrique Araújo, distinguiu ontem o papel dos juízes responsáveis pela investigação dos comportamentos dos colegas que infringiram as regras que regem a magistratura.

Nos últimos dois anos, foram vários os casos de juízes expulsos, reformados compulsivamente ou suspensos: primeiro Rui Rangel e Fátima Galante, por suspeitas de corrupção e de venda de sentenças na sequência da *Operação Lex*, depois Orlando Nascimento e Vaz das Neves, por alegado envolvimento com os primeiros na distribuição fraudulenta de processos; e mais recentemente o surgimento no espaço público do juiz negociantista Rui Fonseca e Castro. Só os dois primeiros casos estão decididos em definitivo, tendo os restantes arguidos recorrido das punições disciplinares que lhes foram aplicadas.

“Uma das competências do Conselho Superior da Magistratura é agir no campo disciplinar, investigando e, se for caso disso, sancionando condutas de magistrados judiciais desrespeitadoras dos deveres funcionais a que estão adstritos”, recordou Henrique Araújo, que falava no encontro anual deste conselho, a decorrer na cidade de Beja. Em seguida, agradeceu a disponibilidade de juízes-conselheiros jubilados que, “prescindindo da tranquilidade do estatuto da jubilação, têm instruído processos de averiguações e disciplinares relacionados com

situações funcionais complexas e de grande impacto público”.

A esses magistrados o presidente do Supremo deixou um “profundo agradecimento”, mas também um apelo: “Que continuem connosco na infundável tarefa de dignificação da Justiça portuguesa.”

Sem escamotear a situação de precariedade de instalações que subsiste nalguns tribunais, Henrique Araújo centrou parte da sua intervenção num assunto que de quase ou nada se tem falado, mas que está a preocupar os dirigentes da magistratura: a insistência de parte dos juízes portugueses em se manterem em teletrabalho, apesar da obrigação de regressarem ao trabalho presencial.

“São agora visíveis, aqui e ali, alguns sinais de resistência ao regresso à actividade dos tribunais na configuração anterior à pandemia”, constatou. “Todavia, não podemos querer uma Justiça com tribunais transformados em locais ermos, ocupados por máquinas que se encarregam de trazer e fazer chegar aos destinatários as notícias sobre o desenvolvimento dos processos, com juízes e funcionários sistematicamente ligados a ecrãs nos mais diversos locais.”

O presidente do Supremo defendeu ser nos espaços físicos dos tribunais que se faz realmente justiça, por muito que alguns deles tenham deixado de oferecer “as mínimas condições de dignidade e conforto”, por se encontrarem degradados ou instalados em estruturas há muito provisórias.